

TRIBUTÁRIO

STF – Plenário - Pauta Virtual: 26.06.2021 a 02.07.2021

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 6144 e 6624

Constitucionalidade do Decreto nº 40.628/2019, do Estado de Amazonas, que modificou a base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) aplicável às operações com energia elétrica.

Relator: Ministro Dias Toffoli

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 5576

Constitucionalidade de dispositivos da Lei nº 8.198/1992 e dos Decretos nº 61.522/2015 e nº 61.791/2016, todos do Estado de São Paulo, que instituem a incidência do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre operações com programas de computador.

Relator: Ministro Roberto Barroso